

O CASO FAIRPLACE E AS OPERAÇÕES P2P: DA AGIOTAGEM ON-LINE AO CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Thiago da Silva Neves¹

Resumo

O presente trabalho aborda como as operações P2P ou *peer-to-peer lending* realizadas através do site Fairplace em 2010, meio pelo qual eram viabilizadas operações de mútuo sem a participação de instituições financeiras previamente autorizadas a operarem no Brasil, acarretou condenação em processo administrativo pela imputação de atuação como instituição financeira, sem a prévia e indispensável autorização pelo Banco Central do Brasil. Considerando propósito de intermediar operações de empréstimo entre pessoas físicas, a juros limitados até 4,99% ao mês e que os recursos pertenciam exclusivamente aos agentes superavitários envolvidos naquelas operações, ou seja, os próprios mutuantes, tais práticas ainda inéditas no País ficaram conhecidas como agiotagem on-line. Assim, analisa brevemente o conceito de *fintechs* e as operações P2P como modalidade comumente desenvolvida por estas empresas, em outros países. O conceito de instituição financeira e os requisitos legais para fazer operar no País, bem como as condutas delitivas previstas no artigo 4º da Lei 1.521/1951, correspondente à usura, assim como no artigo 16 da Lei 7.492/1986, correspondente a operação de instituição financeira sem autorização. Por fim, destaca a importância de observar aspectos regulatórios de determinadas atividades, como fator indispensável para regular desenvolvimento do negócio, enaltecendo recentíssimo surgimento de marco regulatório de tais atividades através da Resolução BACEN nº 4.656, de 26/4/2018, que criou a figura de duas novas modalidades de instituições financeiras: as sociedades de crédito direto - SCD, e as sociedades de empréstimo entre pessoas – SEP, esta última realizando o mesmo modelo de operações outrora objeto de punição no caso Fairplace.

Palavras chave: Operações P2P; Mútuo; Instituições financeiras; Crime.

THE CASE FAIRPLACE AND THE P2P OPERATIONS:
FROM ONLINE AGIOTAGING TO THE CRIME AGAINST THE NATIONAL FINANCIAL
SYSTEM

Abstract

This paper discusses how the P2P or peer-to-peer lending operations carried out through the Fairplace site in 2010, through which loan operations were made possible without the participation of financial institutions previously authorized to operate in Brazil, resulted in an administrative proceeding imputation of performance as a financial institution, without prior and indispensable authorization by the Central Bank of Brazil. Considering the

¹ Mestrando em Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios (UNISINOS/RS), Especialista em Direito Público (FMP/RS), Especialista em Direito Processual Civil (PUCRS). Advogado. E-mail tsneves@terra.com.br

purpose of intermediation of loans between individuals, at interest rates limited to 4.99% per month and that the resources belonged exclusively to the surplus agents involved in those operations, that is, the lenders themselves, such practices still unpublished in the Country were known as online moneylender. Thus, it briefly analyzes the concept of fintechs and P2P operations as a modality commonly developed by these companies in other countries. The concept of a financial institution and the legal requirements to operate in Brazil, as well as the delinquent conduct set forth in article 4 of Law 1.521/1951, corresponding to usury, as well as in article 16 of Law 7.492/1986, corresponding to the institution operation without authorization. Finally, it highlights the importance of observing regulatory aspects of certain activities, as an indispensable factor to regulate business development, highlighting the recent emergence of a regulatory framework for such activities through BACEN Resolution No. 4.656, dated 4/26/2018, which created the figure of two new types of financial institutions: direct credit corporations - SCD, and inter-company lending companies - SEP, the latter carrying out the same model of operations once subject to punishment in the Fairplace case.

Keywords: P2P Operations; Mutual; Financial Institution; Crime.

Introdução

Qualquer novo negócio, especialmente aquele cheio de ineditismo, espelhado ou não em modelo estrangeiro, deve atentar ao que comumente é considerada uma das mais importantes regras do jogo: o ambiente regulatório em que se pretende empreender.

Pouco ou nada adianta importar um modelo de negócio que fora exitoso em outro país, ou até mesmo criar um modelo inédito, se ele contraria o ordenamento jurídico local, pois estará fadado ao insucesso, podendo ainda calhar em penalidades nas esferas administrativa e porventura até mesmo penal.

Eventual inexistência de regulação de uma determinada atividade, notadamente marcada pelo aspecto inovador deve ser interpretada com reserva, já que nem sempre aquilo que aparenta ser desregulado, o é.

Foi assim que no ano de 2010 (dois mil e dez), o site Fairplace iniciou suas atividades. Com a chamada “Me adiciona. E me empresta algum”, a proposta do site era promover empréstimos entre pessoas, a taxas reduzidas de juros, comparadas com àquelas oferecidas pelo mercado financeiro.

São as chamadas operações P2P (*peer-to-peer lending*). Conforme entrevista concedida pelo criador do site Fairplace a Revista Época, publicada em 01/04/2010, “Ele

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

conheceu o serviço em 2008, no site americano Prosper, um dos pioneiros no segmento.”².

As operações peer-to-peer lending e o site Fairplace

As operações *Peer-to-Peer Lending*, ou *P2P Lending* correspondem a “...modalidade de concessão de empréstimo para pessoas físicas ou empresas sem necessariamente contar com uma instituição financeira no triângulo operacional,..”³

O modelo de negócio tem como característica oferecer “...um ambiente de conexão entre pessoas ou empresas que precisam de um empréstimo às pessoas dispostas a emprestar dinheiro...”⁴

As referidas operações eram feitas exclusivamente por meio eletrônico, seguindo as tendências das chamadas *fintechs*. A expressão corresponde à *financial technology*, ou seja, empreendimentos de tecnologia financeira que compõem um modelo de negócio que, embora inclua produtos e serviços financeiros anteriormente oferecidos exclusivamente por bancos, para se diferenciarem dos bancos tradicionais, possuem em seu DNA o uso intensivo da tecnologia.

Ainda em relação à percepção do Empresário responsável pelo site Fairplace, as operações realizadas pelo site não correspondiam a atividades privativas de Instituições Financeiras, uma vez que “A diferença é que, como mediadora, a Fairplace não está submetida às regulamentações do Banco Central”.⁵

Para destacar outro aspecto importante da operação, o empresário Eldes José Mattiuzzo Junior esclareceu que “Os pedidos de empréstimo variam entre 1 mil e 10 mil

² Me Adiciona. E me empresta algum. **Negócios e Carreira**, São Paulo, 02 de abril de 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI130741-15259,00-ME+ADICIONA+E+ME+EMPRESTA+ALGUM.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

³ P2P Lending no Brasil e as operações ativas vinculadas. **Conexão Fintech**. São Paulo, 3 de Abril de 2017. Disponível em: <https://conexaofintech.com.br/cx/p2p-lending-no-brasil-operacoes-ativas>. Acesso em: 08 de julho de 2018

⁴ P2P Lending no Brasil e as operações ativas vinculadas. **Conexão Fintech**. São Paulo, 3 de Abril de 2017. Disponível em: <https://conexaofintech.com.br/cx/p2p-lending-no-brasil-operacoes-ativas>. Acesso em: 08 de julho de 2018

⁵ Fairplace: comunidade para fazer negócios. **E-Commerce News**, São Paulo, 03 de maio de 2010. Disponível em: <https://ecommercenews.com.br/noticias/fairplace-comunidade-para-fazer-negocios/>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

reais; ... e a taxa de juros máxima que um investidor pode pedir é 4,99% ao mês, “para evitar abusos”...⁶

Negocialmente é fácil perceber o quão sedutor é este modelo de negócio, seja para o tomador, que se vê possibilitado de obter empréstimos a taxas de juros inferiores aquelas comumente praticadas pelo sistema financeiro, assim como para o credor, que agrega maior rentabilidade ao seu dinheiro, se comparado aos produtos de prateleira oferecidos pelos Bancos para fins de investimentos, ressalvados os riscos inerentes a cada um destes produtos.

Exemplificativamente, para se ter uma noção desta possível disparidade entre a proposta de negócio do Fairplace, remunerando os empréstimos com juros que chegavam até 4,99% ao mês, e o pico de taxa praticada por Instituição Financeira no ano de 2010 (dois mil e dez), basta uma análise dos números disponibilizados pelo Banco Central do Brasil relativo ao mesmo período⁷, em que se identificaram instituições praticando juros de até 19,52% a.m., em operações de crédito pessoal, modalidade de mútuo equiparada aos negócios celebrados pelo Fairplace.

Os juros remuneratórios autorizados em operações de mútuo

Superado cenário mercadológico, o primeiro aspecto a ser abordado para uma adequada conclusão acerca de eventuais condutas delitivas associadas ao negócio em questão, deve levar em conta o pano de fundo do negócio, ou seja, o empréstimo entre pessoas físicas.

O mútuo, como negócio jurídico, é previsto no artigo 586⁸ e seguintes do Código Civil.

Em se tratando de mútuo destinado a fins econômicos, o artigo 591 do Código Civil⁹ é que prevê referido negócio.

⁶ Fairplace: comunidade para fazer negócios. **E-Commerce News**, São Paulo, 03 de maio de 2010. Disponível em: <https://ecommercenews.com.br/noticias/fairplace-comunidade-para-fazer-negocios/>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

⁷ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros de operações de crédito**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/20100429/tx012020.asp>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

⁸BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

Como claramente destacado, os juros praticados no mútuo civil não poderão exceder a taxa a que se refere o artigo 406 do mesmo Código.

Já ao se proceder a análise do referido artigo 406¹⁰, esse direciona a um terceiro regramento, vez que os juros nesta modalidade de mútuo devem estar limitados “...a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional...”.

É no Código Tributário Nacional que encontramos, conforme demonstra a análise do artigo 161, §1º do referido Código¹¹, o limite de 1% a.m. (um por cento ao mês).

Por fim, nos valem igualmente da análise do Decreto nº 22.626/1933 (Lei de Usura), o qual dispõe sobre os juros dos contratos e dá outras providências, e que prevê em seu artigo 1º¹², a vedação de estipulação de taxa de juros superior ao dobro da taxa legal estipulada. Vigia à época o Código Civil de 1916, e a regra prevista no artigo 1.062¹³ daquele Código,estipulava que a taxa dos juros moratórios, quando não convencionada (art.1262), seria de seis por cento ao ano, concluindo-se assim pela idêntica limitação de 12% a.a (doze por cento ao ano).

⁹BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 591. Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder a taxa a que se refere o art. 406, permitida a capitalização anual.

¹⁰BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

¹¹BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

§ 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês

¹² BRASIL. **Decreto nº 22.626, de 07 de Abril de 1933.** Lei de Usura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22626-7-abril-1933-503405-norma-pe.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 1º É vedado, e será punido nos termos desta Lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal (Cod. Civil, art. n. 1.062).

¹³ BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art.1.062. A taxa dos juros moratórios, quando não convencionada (art.1262), será de seis por cento ao ano.

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a aplicabilidade do referido regramento, em regime de recurso especial repetitivo, através da análise do REsp 973827 / RS¹⁴, julgado em 08/08/2012.

Já os empréstimos realizados por Instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, não se submetem à limitação dos juros remuneratórios de 12% a.a (doze por cento ao ano).

Inobstante a Constituição Federal de 1988 prever inicialmente em seu artigo 192, §3º¹⁵, a limitação de juros em 12% a.a (doze por cento ao ano), a lei complementar ali destacada jamais foi editada.

Após muitos anos de discussão no âmbito dos Tribunais, a Emenda Constitucional nº 30/2003¹⁶, revogou referida norma. Ato contínuo, e consolidando o entendimento acima referendado, o Supremo Tribunal Federal publicou em 13/10/2003 a Súmula 648¹⁷, reconhecendo que “A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de Lei Complementar”.

E por fim, sepultando a discussão, o Supremo Tribunal Federal publicou em 20/06/2008 a Súmula Vinculante nº 7¹⁸, dispondo que “A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar.”.

¹⁴STJ. **Pesquisa de Temas Repetitivos:** Temas 246, 247. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=DECRETO+22.626%2F1933&repetitivos=REPETITIVOS&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR. Acesso em: 08 de julho de 2018.

¹⁵BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

¹⁶BRASIL. **Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2003/emendaconstitucional-40-29-maio-2003-496812-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

¹⁷STF. **Aplicação das Súmulas no STF.** Súmula 648. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2170>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

¹⁸STF. **Aplicação das Súmulas no STF.** Súmula vinculante 7. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1205>. Acesso em: 08 de julho de 2018

Instituições financeiras: requisitos legais para funcionamento e suas atividades privadas

Quanto à instituição financeira, foi através da regulamentação proveniente da Lei nº 4.595/64, conhecida como Lei de Reforma Bancária, norma pela qual se estruturou o Sistema Financeiro Nacional, que se caracterizou instituição financeira e suas respectivas atividades privadas, na forma do artigo 17 e seu parágrafo único.¹⁹ As atividades privadas, de natureza principal ou acessória, correspondem à coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Conforme previsão expressa do artigo 18²⁰ do mesmo diploma legal, o funcionamento dessas instituições, tais como estabelecimentos bancários oficiais ou privados, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, dependem de prévia autorização do Banco Central para funcionamento, podendo ser substituído por decreto, em caso de instituições financeiras estrangeiras.

O banco resume-se assim a uma organização empresária que se utiliza de recursos monetários próprios ou de terceiros na atividade creditícia, estando reservado às pessoas jurídicas públicas e privadas, e somente funciona com a autorização do Banco

¹⁹ BRASIL. **Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

²⁰ BRASIL. **Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 18. As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

§ 1º Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina desta lei no que for aplicável, as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

Central, se nacional, e com a autorização do Poder Executivo, se estrangeira for. Ainda em relação à referida lei, as instituições podem ser classificadas em bancárias ou monetárias e não-bancárias ou não-monetárias, como destaca Alexandre Assaf Neto²¹:

As instituições financeiras podem ser classificadas em dois tipos: bancárias ou monetárias e não bancárias ou não monetárias. As instituições financeiras conhecidas por bancárias são aquelas a quem se permite a criação de moeda por meio de recebimento de depósitos à vista (moeda escritural, conforme estudado no item 1.5.5 do Capítulo 1). Operam basicamente com ativos financeiros monetários que representam os meios de pagamento da economia (dinheiro em poder do público mais depósitos a vista em bancos). Essas instituições são representadas fundamentalmente pelos bancos comerciais e múltiplos.

As instituições financeiras não bancárias, ao contrário, não estão legalmente autorizadas a receber depósitos à vista, inexistindo, portanto, a faculdade de criação de moeda. Essas instituições trabalham basicamente com ativos não monetários, tais como ações, letras de câmbio, certificados de depósitos bancários, debêntures etc. E são constituídas por praticamente todas as instituições que operam no mercado financeiro, exceto bancos comerciais e múltiplos. Exemplos de instituições não bancárias: sociedades corretoras, bancos de investimento, sociedades financeiras, sociedades de arrendamento mercantil etc²².

Da agiotagem ao crime contra o sistema financeiro nacional

Considerando o ocorrido no caso Fairplace, as práticas negociais serão analisadas primeiramente sobre o viés da agiotagem, considerando que as operações de mútuo se davam entre pessoas físicas, e alcançavam juros remuneratórios de até 4,99% a.m.

Além disso, o site se considerava mero “aproximador” das operações, conduta esta compatível como o modelo de negócio internacional conhecido como *Peer-to-Peer Lending*, ou *P2P Lending*, conforme já abordado no início do presente artigo. Os recursos envolvidos nas operações de mútuo pertenciam aos mutuantes, logo a Fairplace não era a concedente destes valores.

A palavra agiotagem, conforme esclarece Marcus Cláudio Acquaviva²³ em seu Dicionário Jurídico, tem o seguinte significado:

²¹ ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 39

²² ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 39

²³ ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico Acquaviva**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2008. p. 77

Do italiano aggiungere, crescer, aumentar; daí aggio.

Especulação financeira fundada nos empréstimos a juros extorsivos, mediante a transformação de créditos em dinheiro. O vocábulo agiotagem apresenta diversos significados, embora análogos. Pode denominar tanto o negócio que se faz de quaisquer efeitos da dívida pública, vendendo-os ou comprando-os, conforme a possibilidade de alta ou baixa como, também, as operações ou negociações de mercadorias, títulos de crédito ou moeda, promovidas para alimentar, diminuir ou estabilizar os preços de tais mercadorias, títulos ou moeda, visando lucros certos. A agiotagem objetiva, então, regular em proveito do especulador, o ágio que este deseja auferir.

No que diz respeito à agiotagem, conceituado como usura no tipo penal, trata-se de crime previsto no artigo 4^o²⁴ da Lei 1.521/1951, que alterou a legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

O tipo penal pune quem cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro, superiores à taxa permitida por lei, que como já vista, corresponde ao percentual de 12% a.a (doze por cento ao ano). A competência para processamento do crime é da Justiça Estadual, conforme definido na Súmula 498 do Supremo Tribunal Federal²⁵.

Quanto à classificação da usura, trata-se de crime formal, uma vez que dispensável a ocorrência de dano efetivo, como leciona Paschoal Mantecca²⁶:

Por outro lado, defendemos o caráter formal do crime de usura, seja ela pecuniária ou real. Nesse sentido, é nossa opinião de que não é necessária a ocorrência do dano efetivo para a perfeita caracterização do delito.

Até mesmo nos casos previstos na alínea b do art. 4^o ora em estudo, parece-nos não importar a efetivação do prejuízo decorrente da cobrança de frutos exorbitantes.

²⁴ BRASIL. **Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951**. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1521-26-dezembro-1951-362018-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 4^o Constitui crime da mesma natureza a usura pecuniária ou real, assim se considerando:

a) cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro, superiores à taxa permitida por lei; cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira; ou, ainda, emprestar sob penhor que seja privativo de instituição oficial de crédito;

b) obter ou estipular, em qualquer contrato, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade de outra parte, lucro patrimonial que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida.

Pena: detenção de seis meses a dois anos e multa de cinco mil a vinte mil cruzeiros.

²⁵ STF. **Aplicação das Súmulas no STF**. Súmula 498. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=4040>. Acesso em: 08 de julho de 2018

²⁶ MANTECCA, Paschoal. **Crimes contra a economia popular e sua repressão**. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 44

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

Acreditamos esteja perfeitamente configurado o crime de usura ao simples ajuste de vantagem exorbitante, independentemente da obtenção, ou não, do resultado ilícito pretendido.

A higidez do sistema financeiro nacional, pautado na confiança, é reconhecida inclusive na promoção do desenvolvimento da nação, conforme previsto expressamente no âmbito da Constituição Federal, na forma do artigo 192²⁷.

No que diz respeito ao site Fairplace, como será oportunamente abordado, o mesmo restou autuado pelo Banco Central do Brasil, como incurso na violação da norma do art. 17²⁸, c/c art. 18, caput e §1º da Lei nº 4.595/64.

Observe-se primeiramente, que esta própria norma em sua redação original, previu conduta delitiva que buscou tutelar a norma acima indicada, na forma do artigo 44, §7º²⁹,

²⁷ BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporem, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

²⁸ BRASIL. **Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Art. 18. As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

§ 1º Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina desta lei no que for aplicável, as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

²⁹ BRASIL. **Lei 4.595 de 31 de Dezembro de 1964**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4595-31-dezembro-1964-353886-publicacao-original-1-pl.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I- Advertência.

II- Multa pecuniária variável.

III - Suspensão do exercício de cargos.

IV - Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.

V - Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.

VI - Detenção, nos termos do § 7º deste artigo.

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

Posteriormente, foi editada a Lei 7.492/1986, que definiu os crimes contra o sistema financeiro nacional (conhecida como Lei do Colarinho Branco).

O conceito de instituição financeira a partir da Lei 7.492/1986, assim como as atividades principais ou acessórias, e por fim as pessoas equiparadas estão previstas no artigo 1^o³⁰ da referida norma, a saber:

Art. 1º Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros (Vetado) de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

Parágrafo único. Equipara-se à instituição financeira:

I - a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou /recursos de terceiros;

II - a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

Acerca da natureza explicativa do artigo em questão, são as lições de Rodolfo Tigre Maia³¹:

Trata-se de norma penal explicativa, qual seja, “sua função é a de explicar algum conceito com reflexos, muita vez, na própria tipicidade”. Como já ressaltado anteriormente, o conceito de instituição financeira é nuclear à compreensão e à aplicação da Lei de Regência. A origem do presente dispositivo remonta à combinação do art. 17, e seu parágrafo único, da já citada Lei federal 4595/64, com o § 1º do art. 18 da mesma lei. O preceito alicerça-se sobre a dicotomia instituições financeiras propriamente ditas e instituições financeiras por equiparação, quer públicas quer privadas, e incluindo-se indivíduos, tendo por fio a captação, intermediação e gestão de recursos colhidos de terceiros. Na modalidade captação a instituição busca reunir capitais dispersos no sistema econômico, recolhendo-os dos agentes econômicos e concentrando-os com vistas à sua aplicação, quer diretamente, quer fornecendo-os por mútuo a uma outra instituição que os aplique, quer, finalmente, transferindo-os a uma instituição que sob sua direção e controle os repassará para outras para sua utilização, caracterizando-se, neste caso, a intermediação.

VII - Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei. (Revogado pela Medida Provisória nº 784, de 2017) Vigência encerrada (Revogado pela Lei nº 13.506, de 2017)

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores. (Revogado pela Medida Provisória nº 784, de 2017) Vigência encerrada (Revogado pela Lei nº 13.506, de 2017).

³⁰ BRASIL. **Lei 7.492, de 16 de junho de 1986**. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7492.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

³¹ MAIA, Rodolfo Tigre. **Dos crimes contra o sistema financeiro nacional**. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 29-30.

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

Observe-se que em relação ao artigo 1º da Lei 4.595/1964, a definição da norma penal é quase idêntica, restringindo-se a “aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros” por “aplicação de recursos financeiros de terceiros”.

O crime correspondente a infração da norma estipulada no artigo 18 da Lei 4.595/1964³², está previsto no artigo 16 da Lei 7.492/1986³³, que pune, com pena de reclusão, a pessoa física ou jurídica que fizer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração falsa, instituição financeira, inclusive de distribuição de valores mobiliários ou de câmbio. A competência para processamento do crime é da Justiça Federal, conforme definido no artigo 26 da mesma Lei³⁴.

Neste sentido são os ensinamentos de Paulo José da Costa Júnior³⁵ quanto à classificação do delito:

“Fazer operar” implica uma atuação de pessoa jurídica ou física, não autorizada ou com declaração falsa, o mercado, como comerciante paralelo de dinheiro, com o fim de lucro e com mínimo de habitualidade.

A operação compreende a comercialização de títulos e de valores mobiliários, de câmbio ou mesmo a capitalização, ou qualquer tipo de poupança.

Elemento subjetivo: o tipo é doloso. Consiste o dolo na vontade livre e consciente de fazer operar instituição financeira não autorizada, com autorização viciada pela falsidade.

O dolo específico, consiste no especial fim do agente de obter lucro, acha-se subentendido no tipo, que não admite a modalidade culposa.

Consumação: A coleta, intermediação ou aplicação de dinheiro como mercadoria exige um mínimo de reiteração. A mercancia do numerário é habitual. Fazê-lo

³² BRASIL. **Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018

Art. 18. As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

³³ BRASIL. **Lei 7.492, de 16 de junho de 1986**. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7492.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 16. Fazer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração (Vetado) falsa, instituição financeira, inclusive de distribuição de valores mobiliários ou de câmbio:

Pena - Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

³⁴ BRASIL. **Lei 7.492, de 16 de junho de 1986**. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7492.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

Art. 26. A ação penal, nos crimes previstos nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.

³⁵ DA COSTA JÚNIOR, Paulo José. **Crimes do “colarinho branco”**. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 114

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

operar, colocá-la em funcionamento, pressupõe uma repetição de conduta, uma certa frequência no comércio.

Assim, o crime não se consuma com uma só operação, isolada.

Punir tal tipo de conduta implicaria punir todos aqueles que firmaram contratos de mútuo.

Tratando-se de crime habitual, é admissível a tentativa, por parte do agente que estiver dando início à prática ilegal.

Quanto ao bem jurídico tutelado e os sujeitos do delito, leciona Luiz Regis Prado³⁶:

Tutelam-se o patrimônio dos investidores e eventuais prejudicados.

Sujeito ativo do delito em comento são as pessoas juridicamente responsáveis por uma instituição financeira, v.g., dirigentes, diretores, gerentes, administradores etc.(delito especial próprio).

Para melhor elucidação dos fatos ocorridos com o site Fairplace, será analisada a autuação realizada pelo Banco Central do Brasil, com base no processo nº 10372.000602/2016-68 e do Recurso 13925 do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os inúmeros elementos trazidos no julgado em questão³⁷, destaque para o reconhecimento de que os valores envolvidos nas operações de mútuo intermediadas pelo site Fairplace, transitavam pela conta da Empresa, configurando assim a chamada custódia de valores, ainda que por um pequeno período de tempo, conforme:

7. Assim, diferentemente do alegado pela defendente, a Fairplace não se limitava a aproximar pessoas com intenção de celebrar contratos de mútuo. Observa-se que os recursos financeiros envolvidos nos empréstimos efetivamente transitavam pela empresa.

Essa afirmação é corroborada pela própria Fairplace, que, ao comunicar aos seus clientes a suspensão dos seus negócios, manifestou-se no sentido de que as operações já concluídas permaneceriam intactas, com todos os procedimentos de cobrança e de repasse aos investidores continuando em plena operação (fl. 42).

³⁶ PRADO, Luiz Regis. **Direito penal econômico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.p. 201

³⁷ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**. Recurso nº 13.925. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/crsfn/download.asp?arquivo=Recurso 13.925.pdf](http://www.bcb.gov.br/crsfn/download.asp?arquivo=Recurso%2013.925.pdf). Acesso em: 09 de julho de 2018.p.5

Concluiu ainda que, inobstante ter havido afirmação de que a operação era de peer-to-peer lending, tal prática foi interpretada o ao menos, como de corretora de dinheiro, conforme³⁸ :

No caso em exame, mesmo tratando-se do que a Recorrente chamou de peer-to-peer lending, observa-se que ela atuou ao menos como corretora de dinheiro, apresentando quem o disponibilizasse e quem o tomasse emprestado. Atuou especulativamente no mercado, remunerando-se pelas duas pontas e concorrendo com as demais instituições financeiras.

Em outro trecho do julgado³⁹, fica claro que a simples intermediação de interessados na prática das operações de mútuo, assim compreendidos entre o mutuante (agente superavitário) e mutuário (agente deficitário), é o suficiente para configuração de atividade prevista como privativa de instituição financeira, a saber:

9. Diante do apresentado, constata-se que, não obstante a inexistência de risco para a indiciada, a Fairplace, mediante remuneração, realizava a aproximação entre indivíduos que buscavam aplicar recursos (agentes econômicos superavitários) e indivíduos que buscavam receber recursos por empréstimo (agentes econômicos deficitários). Assim, ao relacionar a oferta do prestador e a demanda do tomador de crédito, fica caracterizada a intermediação financeira, prevista no caput do art. 17 da Lei nº 4.595, de 1964.

10. Ressalte-se que, ainda que dissociada da coleta e da aplicação de recursos, a intermediação financeira é suficiente para caracterizar a atuação como instituição financeira, desde que realizada com um mínimo de habitualidade, com um volume que caracterize o atuar próprio de uma instituição financeira.

Utilizando tais fundamentos, restou mantida a decisão de primeira instância, que fixou a penalidade de multa no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Além da autuação em processo administrativo, as práticas negociais do site Fairplace resultaram em ação penal⁴⁰.

³⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**. Recurso nº 13.925. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/crsfn/download.asp?arquivo=Recurso 13.925.pdf](http://www.bcb.gov.br/crsfn/download.asp?arquivo=Recurso%2013.925.pdf). Acesso em: 09 de julho de 2018.p.5

³⁹ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**. Recurso nº 13.925. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/crsfn/download.asp?arquivo=Recurso 13.925.pdf](http://www.bcb.gov.br/crsfn/download.asp?arquivo=Recurso%2013.925.pdf). Acesso em: 09 de julho de 2018.p.9

⁴⁰ BC denuncia agiotagem on-line. **Correio Brasiliense**, Brasília, 03 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/47193/noticia.htm?>. Acesso em: 08 de julho de 2018

Edição da resolução que regulamentou a sociedade de empréstimos entre pessoas – SEP

Curiosamente, decorrido algum tempo, como já sinalizavam tendências mundiais desastrosamente antecipadas no Brasil pelo site Fairplace, o Banco Central do Brasil – BACEN editou a Resolução nº 4.656, de 26/4/2018, que criou a figura de duas novas modalidades de instituições financeiras, a saber: as sociedades de empréstimos entre pessoas e as sociedades de crédito direto.

É no artigo 7^o⁴¹ da referida resolução, que é conceituada a sociedade de empréstimo entre pessoas - SEP, seu objeto, assim como as atividades autorizadas, conforme:

Art. 7º A SEP é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

§ 1º Além de realizar as operações mencionadas no caput, a SEP pode prestar apenas os seguintes serviços:

I - análise de crédito para clientes e terceiros;

II - cobrança de crédito de clientes e terceiros;

III - atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas no caput, nos termos da regulamentação do CNSP; e

IV - emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

§ 2º Na denominação da instituição financeira a que se refere este artigo deve constar a expressão "Sociedade de Empréstimo entre Pessoas", sendo vedado o uso de denominação ou nome fantasia que contenha termos característicos das demais instituições do Sistema Financeiro Nacional ou de expressões similares em vernáculo ou em idioma estrangeiro.

Para que não haja dúvida de que a Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas está relacionada às operações *peer-to-peer lending*, pertinente a análise do artigo 8^o⁴² da referida resolução:

⁴¹ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50579/Res_4656_v1_O.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2018

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

Art. 8º As operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica são operações de intermediação financeira em que recursos financeiros coletados dos credores são direcionados aos devedores, após negociação em plataforma eletrônica, nos termos desta Resolução.

§ 1º Os credores de que trata o **caput** podem ser:

I - pessoas naturais;

II - instituições financeiras;

III - fundos de investimento em direitos creditórios cujas cotas sejam destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme definição da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

IV - companhias securitizadoras que distribuam os ativos securitizados exclusivamente a investidores qualificados, conforme definição da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; ou

V - pessoas jurídicas não financeiras, exceto companhias securitizadoras que não se enquadrem na hipótese do inciso IV.

§ 2º Os devedores de que trata o **caput** podem ser pessoas naturais ou jurídicas, residentes e domiciliadas no Brasil.

Por fim, a norma estabeleceu critérios claros acerca dos prazos máximos em que os recursos operacionalizados devem ser transferidos pela SEP, na forma do artigo 13⁴³, a saber:

Art. 13. Os recursos financeiros relativos às operações de que trata o art. 8º devem ser transferidos pela SEP:

I - em até cinco dias úteis, aos devedores, após a disponibilização dos recursos pelos credores; e

II - em até um dia útil, aos credores, após o pagamento de cada parcela da operação pelos devedores, inclusive na hipótese de pagamento antecipado.

§ 1º Os recursos de que trata o **caput** devem ser segregados dos recursos próprios da SEP.

§ 2º Os recursos disponibilizados devem ser devolvidos aos credores em até um dia útil após o prazo de que trata o inciso I do **caput**, caso a operação de empréstimo e de financiamento não se constitua na forma do art. 11.

⁴² BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50579/Res_4656_v1_O.pdf. Acesso em 15 de julho de 2018

⁴³ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50579/Res_4656_v1_O.pdf. Acesso em 15 de julho de 2018

Conclusão

Como toda e qualquer Instituição Financeira em atividade regular no Brasil, é imprescindível a autorização do Banco Central do Brasil para fins de funcionamento de tal instituição, conforme estabeleceu o artigo 28⁴⁴ “O funcionamento da SCD e da SEP depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil, conforme disposto nesta Resolução e nas demais disposições regulamentares vigentes.”

Com a criação de tal modalidade de instituição financeira, as operações *peer-to-peer lending* ou P2P tiveram seu marco regulatório instituído no Brasil.

Em se tratando de instituição financeira, não se limitam os juros remuneratórios, viabilizando-se com isso que pessoas físicas ou jurídicas em quadro de superávit, possam celebrar através de tais instituições, operações de mútuo de forma lícita e com a segurança jurídica reclamada.

Agora, nem agiotagem on-line, nem o crime do artigo 16 da Lei 7.492/1986, apenas operações de mútuo via SEP, devidamente regulamentadas.

Referências

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico Acquaviva**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional**. Recurso nº 13.925. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/crsfn/download.asp?arquivo=Recurso_13.925.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2018.

⁴⁴ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50579/Res_4656_v1_O.pdf. Acesso em 15 de julho de 2018

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018**. Disponível em:

http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50579/Res_4656_v1_O.pdf. Acesso em 15 de julho de 2018

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros de operações de crédito**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/20100429/tx012020.asp>. Acesso em 08 de julho de 2018.

BC denuncia agiotagem on-line. **Correio Brasiliense**, Brasília, 03 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/47193/noticia.htm?>. Acesso em: 08 de julho de 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 22.626, de 07 de Abril de 1933**. Lei de Usura. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22626-7-abril-1933-503405-norma-pe.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2003/emendaconstitucional-40-29-maio-2003-496812-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018

BRASIL. **Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951**. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Disponível em:

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1521-26-dezembro-1951-362018-norma_atualizada-pl.html. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei 4.595 de 31 de Dezembro de 1964**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4595-31-dezembro-1964-353886-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018

BRASIL. **Lei 7.492, de 16 de junho de 1986**. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7492.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 08 de julho de 2018.

DA COSTA JÚNIOR, Paulo José. **Crimes do “colarinho branco”**. São Paulo: Saraiva, 2000

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

Fairplace: comunidade para fazer negócios. **E-Commerce News**, São Paulo, 03 de maio de 2010. Disponível em: <https://ecommercenews.com.br/noticias/fairplace-comunidade-para-fazer-negocios/>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

MAIA, Rodolfo Tigre. **Dos crimes contra o sistema financeiro nacional**. São Paulo: Malheiros, 1996

MANTECCA, Paschoal. **Crimes contra a economia popular e sua repressão**. São Paulo: Saraiva, 1985.

Me Adiciona. E me empresta algum. **Negócios e Carreira**, São Paulo, 02 de abril de 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI130741-15259,00-ME+ADICIONA+E+ME+EMPRESTA+ALGUM.html>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

P2P Lending no Brasil e as operações ativas vinculadas. **Conexão Fintechs**. São Paulo, 3 de Abril de 2017. Disponível em: <https://conexaofintechs.com.br/cx/p2p-lending-no-brasil-operacoes-ativas>. Acesso em: 08 de julho de 2018

PRADO, Luiz Regis. **Direito penal econômico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004

STF. **Aplicação das Súmulas no STF**. Súmula 498. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=4040>. Acesso em: 08 de julho de 2018

STF. **Aplicação das Súmulas no STF**. Súmula 648. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2170>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

NEVES, Thiago da Silva. O Caso Fairplace e as Operações P2P: da Agiotagem Online ao Crime Contra o Sistema Financeiro Nacional. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 19, jul-dez/2018. ISSN 2175-7119.

STF. **Aplicação das Súmulas no STF.** Súmula vinculante 7. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1205>. Acesso em: 08 de julho de 2018

STJ. **Pesquisa de Temas Repetitivos:** Temas 246, 247. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=DECRETO+22.626%2F1933&repetitivos=REPETITIVOS&&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR. Acesso em 08 de julho de 2018.